Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Direito Constitucional II – Turma B
Regente: Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes
Exame de época especial

I

- a) C. BLANCO DE MORAIS, *Curso*, II², pp. 482-488, 497-501.
- b) J. MIRANDA, *Fiscalização da constitucionalidade*², pp. 35-40, 331-335.

II

C. BLANCO DE MORAIS, *Curso*, II², pp. 261-276.

III

- a) Os alunos deveriam, de forma fundamentada e desenvolvida, identificar a norma de competência (artigo 164.º, alínea *d*), da Constituição), qualificar a lei como lei orgânica (artigo 166.º, n.º 2), bem como resolver as dúvidas de constitucionalidade da Lei X relacionadas com a iniciativa do governo regional da Madeira (artigo 167.º, n.º 1, *in fine*), bem como a maioria de aprovação e a reserva de plenário (artigos 168.º, n.os 4 e 5).
- b) Os alunos deveriam, de forma fundamentada e desenvolvida, clarificar (i) as competências do Presidente da República em matéria de promulgação e veto no procedimento legislativo, excluindo alterações do texto, bem como o respetivo prazo (artigo 136.º, n.os 1 a 3), (ii) as várias formas de reação possíveis da Assembleia da República (*idem*) e (iii) a discricionariedade ou vinculação do Presidente da República a promulgar o diploma na sequência da (*idem*).
- c) Os alunos deveriam identificar, de forma fundamentada e desenvolvida e por referência ao caso prático, as diferenças entre fiscalização preventiva e fiscalização sucessiva da constitucionalidade, quem tem legitimidade ativa para requerer a fiscalização da constitucionalidade, o princípio do pedido (artigo 51.º, n.os 1 e 5, da Lei n.º 21/82, de 15 de novembro) e o princípio *iura novit curia* (artigo 51.º, n.º 5, da mesma lei).
- d) Os alunos deveriam identificar, de forma fundamentada e desenvolvida, as competências legislativas regionais de desenvolvimento de leis de bases [artigo 227.º, n.º 1, alínea *c*)], bem como as consequências do princípio da função diretiva no caso concreto por referência às relações entre diploma de desenvolvimento e diploma de bases em matéria das reservas de competência parlamentares.